ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 02.397.080/0001-96 | CVM nº 01936-4 | Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2017

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

O ano de 2017 será lembrado como o início da grande transformação do Grupo Neoenergia, que possui 100% de participação no capital social de ITAPEBI. Com a incorporação da Elektro Holding, em agosto, o Grupo Neoenergia passou a ser o maior grupo privado do setor elétrico brasileiro em número de clientes. São 13,5 milhões de unidades consumidoras atendidas pelas quatro distribuidoras (Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes), um universo de 34 milhões de pessoas – quase 20% da população brasileira. Em Geração, o Grupo Neoenergia possui capacidade instalada de 4,3 GW, entre ativos em operação ou em construção. A base de ativos regulatórios é de R$ 15 bilhões, a maior entre os players privados do setor no Brasil e América Latina. O Grupo está presente em 16 estados brasileiros e nosso viés é de crescimento sustentável.

Dando sequência a uma parceria de sucesso, construída nestes 20 anos junto ao Banco do Brasil e à PREVI, com a incorporação da Elektro Holding, a Neoenergia tem uma nova composição acionária na qual a Iberdrola torna-se a controladora. O compromisso da Iberdrola no Brasil é claro, histórico e consistente: a Neoenergia é o único veículo de investimentos da Iberdrola no país. Em 2017, os investimentos da Neoenergia, considerando inclusive o investido em suas coligadas, atingiram R$ 4,4 bilhões, 13% a mais do que em 2016. E esse patamar deverá se manter pelos próximos anos, sobretudo com o desenvolvimento de novos projetos, como as seis linhas de transmissão (1.600 quilômetros no total) e os nove parques eólicos (281,4 MW) conquistados nos leilões de abril e dezembro. O Grupo tem muito a avançar.

Os resultados econômico-financeiros de ITAPEBI, comparados a 2016, obtiveram uma Receita Operacional Líquida (ROL) de R$ 386 milhões, o EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) fechou 2017 em R$ 154 milhões e o lucro foi de R$ 97,8 milhões.

A ITAPEBI reitera seu compromisso com os clientes por meio da melhoria contínua na gestão de suas operações, seu foco em resultados sustentáveis e sua capacidade de geração de valor para o acionista, mesmo num ambiente de negócio desafiador.

É com muito orgulho dessas conquistas que apresento os nossos resultados de 2017. E quero deixar uma palavra que nos estimula para enfrentar os novos desafios que virão: compromisso.

DESTAQUES

Resultados Econômico-Financeiros R$ mil (1)	2017	2016	Variação %
Receita Operacional Bruta	421.578	437.637	(3,67)
Receita Operacional Líquida	386.301	417.607	(7,50)
EBITDA	171.099	305.130	(43,93)
Resultado do Serviço - EBIT	153.807	287.835	(46,56)
Resultado Financeiro	(15.459)	(19.969)	(22,59)
Lucro Líquido	97.815	180.985	(45,95)
Margem EBITDA (%)	39,82%	68,92%	(42,23)
Margem Líquida (%)	25,32%	43,34%	(41,57)

(1) Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R$ mil (1)	dez/17	dez/16	Variação %
Ativo Total	923.837	704.820	31,07
Dívida Bruta	409.812	222.343	84,32
Dívida Líquida(2)	402.105	156.552	156,85
Patrimônio Líquido	287.308	374.281	(23,24)

(1) Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

(2) Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/17	dez/16	Variação (p.p)
Dívida Líquida/EBITDA(3)	2,35	0,51	1,84
EBITDA/Resultado Financeiro(3)	11,07	15,28	(4,21)

(3) EBITDA e Resultado Financeiro dos últimos 12 meses

1. A ITAPEBI

1.1. Histórico

A ITAPEBI foi constituída em fevereiro de 1998 com o objetivo de construir e operar a Usina Hidrelétrica de ITAPEBI (UHE ITAPEBI), localizada no Rio Jequitinhonha, município de ITAPEBI, divisa entre os Estados da Bahia (BA) e de Minas Gerais (MG).

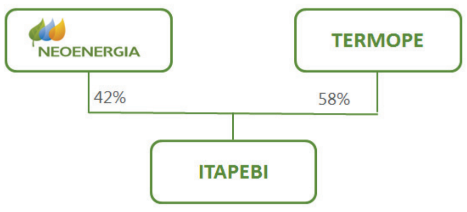
Em maio de 1999, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio de Contrato de Concessão, outorgou à Companhia o direito de exploração do potencial de energia hidráulica, contudo a Usina só veio a entrar em operação comercial, com três unidades geradoras, em fevereiro de 2003.

Atualmente, sua capacidade instalada é de 462,011 MW, conforme Despacho ANEEL nº 3.095 de 04 de outubro de 2012.

Sua Garantia Física foi alterada de 214,3 MWmédios, para 209,1 MWmédios, por meio da Portaria n.º 178 de 2017, os quais estão destinados ao Ambiente de Contratação Livre - ACL, por meio de um contrato de compra e venda de energia elétrica firmado com a NC Energia S.A., cujo vencimento ocorrerá em 2021.

1.2. Estrutura Societária

A Neoenergia e Termopernambuco - empresa do Grupo Neoenergia - detêm, respectivamente, 42% e 58% da participação acionária na ITAPEBI.



Em 30 de junho de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária da Neoenergia, controladora da Companhia, aprovou a incorporação da Elektro Holding S.A. ("Elektro") pela Neoenergia, a qual, após a obtenção das aprovações regulatórias necessárias e a satisfação das demais condições precedentes aplicáveis, foi consumada em 24 de agosto de 2017 ("Incorporação").

Com esse movimento a Iberdrola passa ser a controladora da Neoenergia e a partir desse momento a empresa e suas subsidiárias, dentre elas a ITAPEBI, incorporam práticas de gestão e de Governança além da cultura do Grupo Iberdrola.

2. AMBIENTE ECONÔMICO

Em 2017, a economia brasileira apresentou uma leve recuperação, quando comparada aos dois últimos anos. O Produto Interno Bruto – PIB, estimado na divulgação do Monitor do PIB elaborado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas – Ibre-FGV, encerrou o ano com crescimento de 1,1% da economia (pouco acima dos 1,01% previsto pelo boletim Focus do Banco Central do Brasil – BC), baseado nos indicadores de atividade econômica disponíveis referentes a dezembro.

O Governo Central, considerando os números preliminares dos últimos dias de 2017, espera um resultado primário em média R$30 bilhões melhor do que a meta estimada de R$159 bilhões para o fim do ano. Essa melhoria da arrecadação da União teve ajuda da massa salarial, cujo ganho real se elevou frente à queda da inflação. Além disso, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, o governo conta com sobra de recursos para o cumprimento da "regra de ouro" (norma constitucional que visa impedir o endividamento público para pagamento de despesas correntes) das contas públicas em 2017, comprovando mais uma vez a recuperação de receita, e indicando importante redução do déficit primário do Governo Central (Tesouro, BC e Previdência Social), que deve ser menor que R$130 bilhões. Isto sinaliza um possível caminho ao reequilíbrio de suas contas e uma retomada da economia.

Segundo dados apurados pelo BC, o Índice de Commodities Brasil – IC-Br, construído a partir dos preços em reais (R$) das commodities agrícolas, metálicas e energéticas, fechou 2017 com queda de 0,39%. Isto quer dizer que as matérias-primas que influenciam a inflação encerraram o ano em desvalorização.

Nessa mesma linha, em 2017, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA alcançou o valor de 2,95% (menor que os 6,29% de 2016), e o Índice Geral de Preços-Mercado – IGP-M apresentou queda de 0,52% em 2017 (frente a alta de 7,17% de 2016). O primeiro, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, foi impactado principalmente pelo comportamento atípico dos preços dos alimentos, responsável por 24,71% do índice, que registraram queda recorde no ano de 2,40%. O segundo, elaborado pela FGV, sofreu com a queda de 2,55% do Índice de Preços ao Produtor Amplo – IPA, que tem peso de 60% sobre o IGP-M, regido pela queda de 12,99% dos produtos agropecuários.

Na área de energia, a realização de leilões impulsionou um aumento expressivo de desembolsos do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES no segmento de infraestrutura em 2017. O banco liberou R$19,83 bilhões para infraestrutura (crescimento de 13%), sendo R$19,45 bilhões para contratação de projetos ou novos financiamentos (aumento de 26%). Especificamente para energia, liberou R$ 15,46 bilhões (crescimento de 52%) para contratações, e registrou um aumento de 69% dos desembolsos, alcançando R$13,43 bilhões. O custo básico desses financiamentos concedidos pelo banco, a chamada Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, começou o ano a 7,5% (de janeiro a março), permanecendo a maior parte do período a 7%.

Ainda falando de taxas, o desempenho de investimentos atrelados à Selic (taxa básica de juros da economia brasileira) no ano passado foi prejudicado pelo movimento de baixa da taxa que caiu de 13,65% no fim de 2016 para 6,90% no encerramento de 2017. O mesmo viés tomaram os investimentos vinculados à taxa DI (taxa de Depósito Interbancário), que, seguindo a Selic, caiu de 13,63% no fim de 2016 para 6,89% no encerramento de 2017. A taxa DI é a taxa de negociação dos CDI's (Certificados de Depósito Interbancário), calculada com base nas operações de empréstimos diárias realizadas no mercado entre bancos para não encerrar o caixa diário no negativo. Apesar de ter um impacto negativo na rentabilidade dos investimentos atrelados ao indicador, a queda do DI é benéfica para as dívidas também referenciadas a essa taxa. Considerando números consolidados do Grupo Neoenergia, incluindo Instrumentos Financeiros Derivativos, em 31/12/2017, 70,6% da nossa dívida estava indexada ao CDI.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

O setor elétrico brasileiro tem enfrentado regimes hidrológicos desfavoráveis desde o ano de 2013, acarretando na baixa acentuada do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, que atingiram em 2014 um dos níveis de armazenamento mais baixos já observado na última década. Tal situação levou o Operador Nacional do Sistema a priorizar o despacho das usinas térmicas, buscando com isso poupar ao máximo a geração hidráulica e os níveis dos seus reservatórios.

Como consequência, houve uma elevação no valor do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), referência para a negociação de energia no Mercado de Curto Prazo. O PLD impacta diretamente os agentes com posições contratuais negativas ou positivas no mercado de curto prazo, sejam eles geradores ou distribuidoras.

Esse cenário acarretou em exposições financeiras nas empresas geradoras por conta da insuficiência de recursos energéticos alocados pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) para honrar seus contratos de venda de energia. O MRE é um mecanismo que busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender às suas garantias físicas, verifica-se uma situação de déficit - usualmente conhecida pelo acrônimo Generation Scaling Factor (GSF) - que resulta em exposições financeiras negativas para esses geradores.

Essa situação motivou a busca de soluções que mitigassem o impacto financeiro negativo observado pelos geradores hidrelétricos, sob o risco de inviabilizar a continuidade dos negócios de determinados agentes. Nesse sentido, foi publicada a Medida Provisória nº 688, em 18 de agosto de 2015, posteriormente convertida na Lei n° 13.203, publicada em 08 de dezembro do mesmo ano, que dispõe sobre as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. A principal condição para repactuação do risco hidrológico foi o pagamento de um prêmio de risco pelos agentes de geração, a ser estabelecido pela ANEEL, a fim de que esse risco fosse transferido aos consumidores de energia por meio da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias. Neste sentido, em 11 de dezembro de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 684, que estabeleceu os critérios para anuência e demais condições para repactuação do risco hidrológico pelos agentes de geração, bem como o valor dos prêmios de risco a serem pagos pelos agentes, de forma proporcional ao nível de proteção ao risco hidrológico desejado.

Após solicitação da Neoenergia, em janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico de ITAPEBI.

No ano de 2017, a hidrologia permaneceu ruim e foram observados níveis de GSF baixos com valores de PLD elevados no segundo semestre do ano, atingindo valores próximos ao máximo em diversos meses. O PLD máximo no ano de 2017 foi de R$ 533,82/MWh. Entretanto, até abril, mês de término do contrato da usina no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, esteve vigente o acordo de repactuação do risco hidrológico para ITAPEBI. Após esse período, a NC Energia também firmou um contrato de venda com ITAPEBI, onde assumiu o risco hidrológico da usina.

Com relação a operação do Sistema Interligado Nacional, deve-se ressaltar que foi observado aumento significativo da geração de energia oriunda das usinas eólicas, responsável pelo atendimento de aproximadamente 7% da demanda por energia no Brasil. Sobre a capacidade instalada, foi atingido o valor de 12 GW no ano de 2017, o que representa um crescimento de 25% quando comparado ao final de 2016. Com o montante atual, a energia eólica já representa 8% da matriz de capacidade instalada, o que mostra a gradativa inserção dessa fonte em nossa matriz.

Segundo dados do Operador Nacional do Sistema – ONS, no dia 14 de setembro de 2017, a geração de energia eólica verificada no Subsistema Nordeste foi responsável por mais um recorde, atingindo 6.346 MWmédios. A quantidade de energia gerada pelos ventos foi de 1.121 MWmédios superior na comparação ao recorde de 2016, quando o total gerado foi de 5.225 MWmédios, no dia 5 de novembro. A região Sul do país também atingiu números relevantes e em setembro atingiu 1.540 MWmédios.

Com relação às principais legislações setoriais de 2017, em 18 de abril foi publicada a Resolução Normativa n° 764, que estabeleceu as condições de pagamento aos agentes do MRE do custo do deslocamento da geração hidrelétrica decorrente da geração termelétrica fora da ordem de mérito de custo motivada por razões energéticas, elétricas e importação de energia sem garantia física. Embora esta Resolução tenha sido publicada em abril de 2017, durante este ano nenhum pagamento foi efetuado aos geradores hidrelétricos. Porém, em 19 de dezembro foi publicado o Despacho n° 4.311, determinando que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE procedesse a recontabilização do período de abril a dezembro de 2017 em função do deslocamento hidráulico decorrente da geração térmica por razões energéticas. Com relação ao deslocamento motivado por razões elétricas e importação sem garantia física, em 23 de dezembro de 2017 foi aberta pela ANEEL a Audiência Pública n° 83, cujo prazo de contribuições se encerra em 05 de fevereiro de 2018.

Dando sequencia aos destaques de 2017, durante esse ano foram abertas pelo Ministério de Minas e Energia duas importantes consultas públicas. A primeira delas, aberta em julho de 2017, foi a Consulta Pública n° 33, sobre o aprimoramento do marco legal do setor elétrico. Os principais pontos abordados nesta consulta foram:

- Redução gradual dos limites para migração dos consumidores cativos para o mercado livre.
- Redução da obrigação de contratação por parte dos agentes de consumo.
- Maior acoplamento entre a operação do sistema e a formação de preços no mercado de curto prazo, incluindo preços horários e possíveis alterações no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.
- Separação entre lastro e energia.
- Desjudicialização do risco hidrológico.

A desjudicialização do risco hidrológico foi o ponto abordado de maior impacto no curto prazo. Até o fim do ano foi aguardada a publicação de alguma medida provisória com o objetivo de destravar o mercado de curto prazo, mas nada ocorreu. Na última liquidação financeira realizada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE em 2017, referente às operações do mês de outubro, R$ 5,6 bilhões não foram liquidados referentes à parcela do GSF que não foi repactuada.

Em novembro de 2017 o Ministério de Minas e Energia abriu a Consulta Pública n° 42, referente à implantação do preço horário no mercado de curto prazo. Essa consulta foi aberta em função da intenção do governo de implantar os preços horários já a partir de 2019. A consulta, de cunho essencialmente conceitual, discute as alterações necessárias em contratos, regras e procedimentos em virtude do preço horário.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

No ano de 2017, foi gerado o montante energia bruta de 390.061,2 MWh (44,53 MW médios) o qual representa 20,78% da garantia física. O reduzido valor de energia gerada em 2017 tem como motivo os baixos índices de chuvas registrados nas regiões norte de Minas e sul da Bahia. Conforme mencionado no item 4 deste relatório, a diferença entre a energia assegurada e a energia gerada é coberta pelo mecanismo de realocação de energia (MRE), em que participam os geradores hidráulicos do país, resultando assim na maximização da utilização dos recursos hídricos. O índice de disponibilidade em 2017 da Usina foi de 94,71% e o índice de confiabilidade foi de 99,73%.

Em 2017 foi realizado com sucesso o teste de Black Start da Usina Hidrelétrica ITAPEBI com objetivo de avaliar a capacidade de recomposição da usina, através do centro de operação (COS) da Neoenergia, após um Blackout. Os testes Black Start são realizados em periodicidade anual e são compostos dos testes individuais e do teste simultâneo das unidades geradoras, seguindo o Manual de Procedimentos de Operação do ONS – Módulo 10.22 e cumprindo com a Rotina Operacional nº RO-RR.BR.01 em sua última revisão. A UHE ITAPEBI é classificada como usina de auto reestabelecimento integral (alta confiabilidade de restabelecimento), por dispor de grupo gerador de emergência (GGE) para excitação do campo do gerador e por ser capaz de, com seus próprios recursos de serviços auxiliares, dar partida e sincronizar o número mínimo de unidades geradoras definido na instrução de recomposição da área a qual a usina está inserida.

5. INVESTIMENTOS

Na ITAPEBI, foram investidos, em 2017, R$ 3,4 milhões em projetos de melhoria da usina que visam manter a confiabilidade da planta, assim como em aquisições de materiais sobressalentes, dentre outros.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

6.1. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo à Instrução CVM nº 527, demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma Instrução:

Conciliação EBITDA R$ mil (1)	2017	2016	Variação (R$)
Lucro Líquido	97.815	180.985	(83.170)
Imposto de Renda e CSLL - Corrente e diferido	40.533	86.881	(46.348)
Amortização e Depreciação	17.292	17.295	(3)
Receitas Financeiras	(95.643)	(129.387)	33.744
Despesas Financeiras	111.102	149.356	(38.254)
EBITDA	**171.099**	**305.130**	**(134.031)**

(1) Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

6.2. Resultado do Ano

Demonstração de Resultado - R$ mil	2017	2016	2017 X 2016	
			(R$)	(%)
Receita bruta	421.578	437.637	(16.059)	(3,67)
Dedução da receita bruta	(35.277)	(20.030)	(15.247)	76,12
Receita líquida	**386.301**	**417.607**	**(31.306)**	**(7,50)**
Custos de bens e/ou serviços vendidos	(208.827)	(89.558)	(119.269)	133,18
Resultado bruto	**177.474**	**328.049**	**(150.575)**	**(45,90)**
Despesas com vendas gerais e administrativas	(23.667)	(40.214)	16.547	(41,15)
Resultado de participações	-	-	-	-
Resultado do serviço	**153.807**	**287.835**	**(134.028)**	**(46,56)**
(-) Amortização e Depreciação	17.292	17.295	(3)	(0,02)
EBITDA	**171.099**	**305.130**	**(134.031)**	**(43,93)**
Resultado Financeiro	(15.459)	(19.969)	4.510	(22,59)
Lucro antes dos impostos	**138.348**	**267.866**	**(129.518)**	**(48,35)**
IRPJ e CSLL	(40.533)	(86.881)	46.348	(53,35)
Lucro (Prejuízo) líquido	**97.815**	**180.985**	**(83.170)**	**(45,95)**

6.3. Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (em R$ mil)	2017	2016	2017 X 2016	
			R$	%
Fornecimento de energia elétrica	396.892	419.721	(22.829)	(5,44)
Energia elétrica curto prazo - CCEE	24.558	17.916	6.642	37,07
Outras receitas operacionais	128	-	128	-
Receita Operacional Bruta	**421.578**	**437.637**	**(16.059)**	**(3,67)**

A ITAPEBI apresentou no ano de 2017 uma Receita Bruta de R$ 421.578 mil, uma redução de R$ 16.059 mil quando comparado ao ano de 2016 que foi de R$ 437.637 mil, influenciado, principalmente, pelo fim do contrato de compra e venda com a Coelba, realizado em abril/2017. No mesmo mês a Companhia firmou um novo contrato no ambiente livre com a NC Energia, empresa que faz parte do mesmo grupo econômico.

6.4. Custos e Despesas Operacionais

CUSTOS E DESPESAS (em R$ mil)	2017	2016	2017 X 2016	
			R$	%
Energia comprada para revenda	(134.207)	(35.486)	(98.721)	278,20
Encargos de uso dos sistema de transmissão e distribuição	(16.466)	(16.403)	(63)	0,38
Pessoal	(33.700)	(27.528)	(6.172)	22,42
Depreciação e amortização	(17.292)	(17.295)	3	(0,02)
Serviços de terceiros	(17.812)	(17.075)	(737)	4,32
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFURH	(1.903)	(3.247)	1.344	(41,39)
Outros custos e despesas	(11.114)	(12.738)	1.624	(12,75)
Total	**(232.494)**	**(129.772)**	**(102.722)**	**79,16**

Os custos e despesas operacionais no ano de 2017 aumentaram em R$ 102.722 mil, quando comparados ao mesmo período de 2016, o que equivale a uma piora percentual de 79,16%. Os principais fatores estão demonstrados a seguir.

A maior contribuição nos custos e despesas no ano de 2017 foi derivada dos custos de energia comprada para revenda, cujo volume comprado em 2017 foi de 1.250GWh enquanto que em 2016 foi de 746 GWh. Tal fato impactou negativamente esse custo em R$ 98.721 mil, alcançando R$134.207 mil em 2017 enquanto que em 2016 foi de R$ 35.486 mil, decorrente principalmente dos seguintes fatores:

(I) Elevação dos volumes contratados de energia no ambiente do mercado livre – ACL. Essa variação resultou em uma elevação dos custos de R$ 84.265 mil, oriundos da compra de lastro com a NC Energia, no qual o volume em 2016 foi de 154GWH e em 2017, de 423 GWh.

(II) Variação negativa de R$ 14.456 mil no Mercado de Curto Prazo (liquidação CCEE), devido aos baixos índices de chuvas registrados nas regiões norte de Minas e sul da Bahia. Além disso, o cenário hídrico desfavorável propiciou um aumento do PLD médio no submercado Sudeste, que passou de R$/MWh 93,91 em 2016 para R$/MWh 323,04 para 2017.

6.5. Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (em R$ mil)	2017	2016	2017 X 2016	
			R$	%
Renda de aplicações financeiras	6.314	20.662	(14.348)	(69,44)
Encargos de dívida, variações de *swap* e monetárias	(24.847)	13.580	(38.427)	(282,97)
Instrumentos financeiros derivativos	(8.402)	(50.055)	41.653	(83,21)
Atualização provisão para contingências/depósitos judiciais	(382)	(480)	98	(20,42)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	11.858	(3.676)	15.534	(422,58)
Resultado Financeiro Líquido	**(15.459)**	**(19.969)**	**4.510**	**(22,59)**

O Resultado Financeiro Líquido da Companhia foi negativo em R$ 15.459 mil em 2017, representando uma melhora de R$ 4.510 mil, quando comparado ao ano de 2016, em que foi negativo em R$ 19.969 mil. Essa redução equivale a 22,59% é devido, principalmente, pela variação favorável de R$ 3.226 mil dos Encargos de dívida, variações de *swap* e monetárias e instrumentos financeiros derivativos. Como todas as dívidas atreladas à dólar da Companhia possuem instrumentos derivativos de proteção e apresentou uma variação positiva de R$ 41.653 mil decorrente a volatilidade do dólar. Compensando parcialmente essa variação, a variação desfavorável de R$ 38.427 mil de encargos da dívida e variações monetárias e cambiais foi derivado de um maior volume da dívida em 2017 em relação a 2016.

Segue quadro demonstrativo dos indicadores de CDI e DÓLAR acumulados em 2017 e 2016:

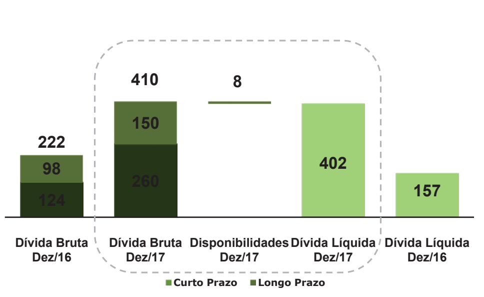
Índices	2016	2017	Δ p.p.
CDI	14,00%	9,93%	-4,07
TJLP	7,50%	7,00%	-0,50
IPCA	6,29%	2,95%	-3,34
DÓLAR	3,2591	3,308	0,05

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

7.1. Perfil da Dívida

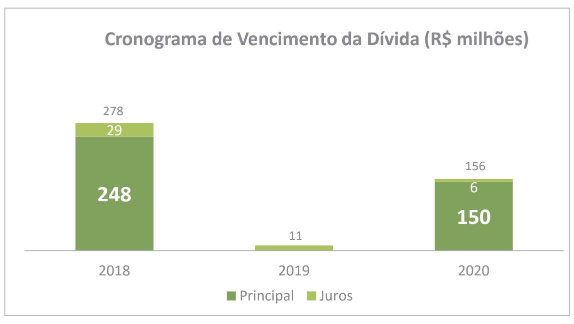
Em dezembro de 2017, a dívida bruta da ITAPEBI, incluindo empréstimos, debêntures e encargos, foi de R$ 410 milhões, apresentando um aumento de 84% (R$ 222 milhões) em relação a dezembro de 2016. Em relação a segregação do saldo devedor, a ITAPEBI possui 37% da dívida contabilizada no longo prazo e 63% no curto prazo.

Evolução da Dívida (R$ milhões)



7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2017. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, que considera os índices e moedas realizados no encerramento do período e não as projeções de mercado.



8. PRÁTICAS DE GESTÃO

8.1. Estrutura de Governança

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram a Grupo Neoenergia e a unificação de processos, práticas e políticas. A estrutura de governança é composta por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, com o apoio de comitês que contribuem para as tomadas de decisão. O Acordo de Acionistas orienta a atuação dos conselheiros e estabelece cláusula para abstenção de voto sobre temas que possam representar conflito de interesses.

Conselho de Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, e seus respectivos suplentes, eleitos em Assembleia Geral de Acionistas e por ela destituíveis, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição.

As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem, pelo menos, trimestralmente e sempre que necessário avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal será instalado conforme previsto no Estatuto Social da Companhia em caráter não permanente, podendo ser solicitado em cada exercício social por seus Acionistas nos termos da Lei.

Atualmente não há Conselho Fiscal instalado na Companhia.

Diretoria

É responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por cinco membros, incluindo o diretor-presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandato de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reunirão sempre que o interesse da Companhia o exigir, com a presença da maioria de seus membros.

A Diretoria das empresas controladas pela Neoenergia está estruturada de forma matricial, na qual os diretores estatutários da holding também são diretores de todas as controladas da Neoenergia.

Comitês

O Grupo Neoenergia possui quatro diferentes comitês, instalados apenas na holding: de Auditoria, Financeiro, Remuneração e Sucessão e de Partes Relacionadas. Cada Comitê é formado por 05 membros titulares e seus respectivos suplentes, com exceção do Comitê de Partes Relacionadas formado por 03 membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelo Conselho de Administração. Os Comitês realizam reuniões conforme demanda.

8.2. Direito dos Acionistas e Política de Dividendos

A ITAPEBI possui definido em seu estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, que o valor dos juros, pago ou creditado, a título de remuneração sobre o capital próprio, na forma da lei, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais e a deliberação sobre o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos intermediários é uma faculdade da Companhia, mediante aprovação do Conselho de Administração.

No ano de 2017, a ITAPEBI realizou os seguintes pagamentos de proventos:

Ato Societário:	Tipo de Provento:	Valor Bruto (R$)
Ata do Conselho de Administração de 15/09/2017	Juros sobre Capital Próprio	10.383.737,02
Ata do Conselho de Administração de 15/09/2017	Dividendos Intermediários	73.267.655,90
Ata do Conselho de Administração de 30/06/2017	Juros sobre Capital Próprio	9.619.243,95
Ata da Assembleia Geral Ordinária	Dividendos Adicionais	91.516.317,83
Ata do Conselho de Administração de 19/12/2016	Juros sobre Capital Próprio	5.407.840,53

8.3. Relações com Investidores

No intuito de disponibilizar informações com elevado padrão de qualidade, transparência e confiabilidade, com base na legislação pertinente e das regras que regulam o setor elétrico, a ITAPEBI adota uma política de comunicação consistente, clara e confiável com o mercado de capitais, zelando pelo relacionamento com acionistas, analistas de mercado, instituições financeiras, agências de "*rating*" e instituições reguladoras, em conformidade com as boas práticas de governança corporativa.

A ITAPEBI disponibiliza informações através da área de Relações com Investidores, e-mail (ri@neoenergia.com), no site Relações com Investidores (www.itapebi.com.br – link RI) e por meio dos relatórios e informes trimestrais e anuais enviados para a Bovespa e CVM. Além disso, o Grupo Neoenergia realiza reuniões webconferences trimestrais e APIMEC anual com os principais números de cada empresa do Grupo e consolidado.

8.4. Gestão de Riscos

A área de Gestão de Riscos do Grupo Neoenergia atua de forma corporativa para todas as suas empresas e tem como objetivo trazer mais transparência para os processos corporativos e suporte na tomada de decisões estratégicas do Grupo.

A área é coordenada pela Superintendência de Gestão de Riscos, se reporta à Diretoria Financeira e suas principais responsabilidades são:

- Elaborar e monitorar os Mapas de Riscos dos negócios;
- Elaborar e garantir o cumprimento das Políticas de Risco corporativas e para os negócios do Grupo;
- Avaliar e monitorar o risco de crédito das contrapartes financeiras e comerciais;
- Quantificar e monitorar os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta;
- Elaborar e divulgar relatórios e informações relacionadas aos riscos da companhia para os órgãos reguladores e demais stakeholders;
- Coordenar a realização das reuniões da Comissão de Riscos;
- Disseminar a cultura de Gestão de Riscos pelo Grupo Neoenergia.

A Política de Gestão de Risco Corporativo da Neoenergia, aprovada pelo Conselho de Administração, define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos.

Esta Política se desdobra e é complementa por outras politicas do Grupo, também aprovadas pelo Conselho de Administração, tais como:

- Política de Risco de Crédito;
- Política de Riscos Financeiros;
- Política de Seguros;
- Política de Risco de Mercado de Energia;
- Política de Risco para o negócio de Geração;
- Política de Risco para o negócio de Comercialização;
- Política de Risco para o negócio de Distribuição.

A gestão de riscos corporativos é complementada pela estrutura organizacional de Governança do Grupo Neoenergia, que inclui as áreas responsáveis por Compliance, Controles Internos e Auditoria. Estas áreas, em conjunto com a área de Gestão de Risco Corporativo e as áreas de negócios e corporativas, complementam e fortalecem a estrutura de gerenciamento de riscos.

Neste modelo, as áreas de negócio responsáveis pelas atividades de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia, bem como as demais áreas e funções corporativas, constituem a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos; as diversas funções de controle de riscos e supervisão de conformidade estabelecidas pela Administração do Grupo Neoenergia (Risco Corporativo, Controles Internos e Compliance) são a segunda linha de defesa; e a avaliação independente feita pela Auditoria Interna é a terceira linha de defesa.

A área de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia atua hoje de forma independente das áreas de negócio integrando a visão risco-oportunidade na gestão das empresas.

8.5. Integridade e Ética

A ITAPEBI tem como um de seus valores a INTEGRIDADE e busca incessantemente pautar sua conduta e a de seus colaboradores dentro de princípios éticos e de conformidade com a legislação brasileira e com as melhores práticas em termos de ética empresarial. Além disso, envida esforços para que seus fornecedores de bens e serviços também adotem condutas íntegras e aderentes aos princípios defendidos pela Companhia em seu Código de Ética e em suas Políticas de Integridade.

A empresa aderiu também às normas estipuladas em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, por meio do Pacto Global das Nações Unidas contra Corrupção e se alinhou aos princípios de combate à corrupção, estabelecidos pelo Instituto ETHOS.

Para atingir seus propósitos a ITAPEBI conduz uma série de ações dentro do Programa de Integridade da do Grupo Neoenergia, conforme diretrizes do Conselho de Administração, e que estão em linha com a legislação anticorrupção brasileira e as melhores práticas empresariais de compliance.

A coordenação desse programa é realizada pela Superintendência de Compliance, criada desde 2014, a qual é responsável por: a) planejar, conceber, executar, manter e avaliar o Programa de Integridade da Neoenergia e suas controladas; b) elaborar e revisar Códigos de Conduta, políticas e procedimentos a fim de promover e reforçar uma cultura de integridade baseada em princípios éticos de negócio; c) identificar, avaliar e propor medidas de mitigação de riscos de não conformidade de forma a garantir a aderência do Grupo aos princípios da legalidade e de combate à corrupção; d) investigar os casos de conduta em desconformidade com o Código de Ética e políticas de integridade; e) treinar executivos e colaboradores sobre temas relacionados com ética empresarial e legislação anticorrupção; f) propor medidas de prevenção relacionadas com comportamento ético e aderente à legislação; g) coordenar as ações de disseminação da cultura de integridade e ética por toda a organização.

Em 2017, o esforço da Neoenergia em sua jornada de integridade foi reconhecido pela segunda vez consecutiva, com a conquista do Selo Empresa Pró Ética, concedido pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União, evidenciando a aderência de seu Programa de Integridade às boas práticas empresariais em termos de prevenção de ilícitos e aderência aos requisitos da legislação anticorrupção brasileira. Além disso, neste ano destacam-se as ações relacionadas com a reavaliação de riscos de corrupção, desenvolvimento de ações de integridade junto a fornecedores e o esforço empreendido em treinamentos e processos formais de conhecimento e aceitação do Código de Ética e Políticas de Integridade, os quais foram automatizados através da intranet, garantindo mais praticidade, transparência, controle e sustentabilidade para o Grupo Neoenergia.

9. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Sustentabilidade é um valor para o Grupo Neoenergia. Em 2017, a empresa criou um ambiente digital específico para divulgar suas ações socioambientais – www.neoenergiasustentavel.com.br – e deu continuidade a diversos programas e projetos de relacionamento com as comunidades onde atua. O foco em educação e cultura, a promoção do uso seguro e eficiente da energia elétrica, e a busca por inovação em processos, produtos e serviços são os pilares das ações socioambientais do Grupo Neoenergia.

Para promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, a empresa publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade, que é elaborado com a metodologia da Global Reporting Iniciative desde 2010. O documento apresenta a estratégia, o modelo de gestão, as operações e os desempenhos econômico, social e ambiental da empresa.

Em 2017, o Grupo Neoenergia renovou seu compromisso junto aos Dez Princípios do Pacto Global da ONU, iniciativa que preconiza uma atuação baseada em princípios universais relacionados a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção. A Companhia tem também parcerias estratégicas com fóruns nacionais, como a organização Comunitas, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – Cebeds, e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Todas as informações sobre as ações de Responsabilidade Socioambiental do Grupo Neoenergia, incluindo a coleção dos Relatórios de Sustentabilidade, podem ser obtidas em www.neoenergiasustentavel.com.br.

10. SAÚDE E SEGURANÇA

Os programas de Saúde e Segurança no Trabalho são realizados de forma integrada e priorizam a proteção da vida e a qualidade do ambiente. A Companhia promove a cultura de prevenção por meio do controle de riscos e impactos, garantindo a observância dos requisitos legais, do comportamento seguro e o alinhamento com as políticas do Grupo.

A Companhia reconhece que aprimorar da segurança de nossas empresas e da comunidade envolve muito mais do que obedecer a regras e leis, e incentiva que líderes e colaboradores:

- Sejam exemplos visíveis e percebidos de ações seguras;
- Não negociem a segurança;
- Busquem constantemente o objetivo de zerar acidentes;
- Estejam presentes e atuantes em campo, próximos as operações onde o risco é maior;
- Promovam o DESC – Diálogo de Estratégia, Segurança e Comportamento – contato por meio de bate papo informal ou apresentação que serve para divulgar as medidas de prevenção de acidentes de trabalho.

A Companhia mantém a Certificação OHSAS 18001 - Norma de excelência mundial que define o Sistemas de Gestão de Saúde e Segurança.

Com as ações envolvidas no sistema de gestão, a ITAPEBI tem alcançado níveis de excelência de classe mundial, onde a prática de comportamentos seguros é um compromisso de todos.

11. OUTROS DESTAQUES

11.1. *Rating*

Em 27 de março de 2017, a S&P reafirmou os *rating*s de crédito corporativo estabelecidos na revisão anterior atribuídos a Neoenergia e suas subsidiárias.

Em 12 de janeiro de 2018, a Standard & Poor´s – S&P rebaixou os *rating*s de crédito corporativo atribuídos à Neoenergia na Escala Global e 'brAA-` com perspectiva estável na Escala Nacional Brasil. Este movimento foi reflexo do rebaixamento do *Rating* soberano do Brasil, devido à condição de setor regulado em que a distribuição de energia elétrica está inserida.

A ITAPEBI não possui *rating* Corporativo, possui apenas *rating* atrelado a papeis de dívida, conforme tabela abaixo:

***Rating* Corporativo - Escala Nacional**	2016	2017	2018
NEOENERGIA	**AA-**	**AA-**	**AA-**
Perspectiva	Negativa	Negativa	Estável
ITAPEBI (*Rating* de Emissão)	**A+**	**A+**	**A+**

Em 24 de janeiro de 2018, a Standard & Poor´s – S&P reafirmou os *rating*s de crédito corporativo de longo prazo 'BB-' na escala global e os de longo e curto prazos 'brAA-/brA-1+' na Escala Nacional Brasil atribuídos à Neoenergia e suas subsidiárias em 12 de janeiro de 2018. A perspectiva dos *rating*s corporativos permanece estável.

12. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), com vigência de 36 (trinta e seis) meses.

Os serviços de auditoria relacionados à auditoria contemplam: Auditoria das Demonstrações Contábeis e Revisões de Demonstrações Intermediárias Individuais e Consolidada.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

13. AGRADECIMENTOS

A ITAPEBI agradece aos seus acionistas, aos Senhores membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estadual e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor pela confiança depositada no ano de 2017 e especialmente aos seus colaboradores pela dedicação e empenho na busca das metas estabelecidas.

BALANÇOS SOCIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Informação Adicional)

1 - BASE DE CÁLCULO	**2017 R$ mil**	**2016 (Reclassificado) R$ mil**
Receita Líquida (RL)	386.301	417.607
Resultado Operacional (RO)	153.807	287.835
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	31.569	25.033
Valor Adicionado Total (VAT)	325.749	472.566

2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	**R$ mil**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**% sobre VAT**	**R$ mil**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**% sobre VAT**
Alimentação	1.306	4,14%	0,34%	0,40%	1.182	4,72%	0,28%	0,25%
Encargos sociais compulsórios	5.911	18,72%	1,53%	1,81%	5.241	20,94%	1,26%	1,11%
Previdência privada *	-	0,00%	0,00%	0,00%	1.348	5,38%	0,32%	0,29%
Saúde	1.364	4,32%	0,35%	0,42%	7.154	28,58%	1,71%	1,51%
Segurança e saúde no trabalho	111	0,35%	0,03%	0,03%	148	0,59%	0,04%	0,03%
Educação	47	0,15%	0,01%	0,01%	60	0,24%	0,01%	0,01%
Cultura	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.679	5,32%	0,43%	0,52%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Creches ou auxílio-creche	99	0,31%	0,03%	0,03%	88	0,35%	0,02%	0,02%
Esporte	-	0,00%	0,00%	0,00%	5	0,02%	0,00%	0,00%
Transporte	582	1,84%	0,15%	0,18%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	4.750	15,05%	1,23%	1,46%	3.076	12,29%	0,74%	0,65%
Outros	525	1,66%	0,14%	0,16%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	**16.374**	**51,87%**	**4,24%**	**5,03%**	**18.302**	**73,11%**	**4,38%**	**3,87%**

3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	**R$ mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**% sobre VAT**	**R$ mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**% sobre VAT**
Educação	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento	-	0,00%	0,00%	0,00%	12	0,00%	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Combate a fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Desenvolvimento Social	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	-	0,00%	0,00%	0,00%	4	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	0,00%	60	0,02%	0,01%	0,01%
Total das Contribuições para a Sociedade	-	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**76**	**0,03%**	**0,02%**	**0,02%**
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	79.223	51,51%	20,51%	24,32%	111.701	38,81%	26,75%	23,64%
Total - Indicadores sociais externos	**79.223**	**51,51%**	**20,51%**	**24,32%**	**111.777**	**38,83%**	**26,77%**	**23,65%**

4 - INDICADORES AMBIENTAIS	**R$ mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**% sobre VAT**	**R$ mil**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**% sobre VAT**
Investimentos relacionados com a operação da empresa	638	2,02%	0,17%	0,20%	191	0,76%	0,05%	0,04%
Investimento em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	**638**	**2,02%**	**0,17%**	**0,20%**	**191**	**0,76%**	**0,05%**	**0,04%**
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	-				-			
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	-				-			
Passivos e contingências ambientais	-				-			
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	1				7			
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	-				-			
Passivos e contigências ambientais	-				-			
Quanto ao estabelecimento de **metas anuais** para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) Não possui Metas	( ) Cumpre de 0 a 50%	( ) Cumpre de 51 a 75%	( ) Cumpre de 76 a 100%	(x) Não possui Metas	( ) Cumpre de 0 a 50%	( ) Cumpre de 51 a 75%	( ) Cumpre de 76 a 100%

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	**2017**	**2016**
Nº de empregados(as) ao final do período	101	104
Nº de admissões durante o período	12	27
Nº de desligamentos durante o período	15	16
Nº de empregados(as) terceirizados	162	38
Nº de estagiários(as)	19	29
Nº de empregados acima de 45 anos	11	11
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:		
menores de 18 anos	-	-
de 18 a 35 anos	60	65
de 36 a 60 anos	40	37
acima de 60 anos	1	2
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregado por:		
analfabetos	-	-
com ensino fundamental	-	2
com ensino médio	4	13
com ensino técnico	2	3
com ensino superior	79	70
pós-graduados	16	16
Nº de empregados por sexo:		
homens	51	54
mulheres	50	50
% de cargos de chefia por sexo:	**100%**	**100%**
homens	58%	58%
mulheres	42%	42%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1	-
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0%	0%
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	-	-
Remuneração bruta segregada por:	**17.691**	**14.617**
Empregados	15.528	13.077
Administradores	2.163	1.540
Terceirizados	-	-
Autônomos	-	-

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	**2017**			**2016**		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	19			27		
Nº total de acidentes de trabalho	-			1		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerência	( ) todos (as) os empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerência	( ) todos (as) os empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerência	(x) todos(as) + CIPA	( ) todos (as) os empregados (as)	( ) direção e gerência	( ) todos(as) + CIPA	( ) todos (as) os empregados (as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerência	(x) todos (as) os empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerência	(x) todos (as) os empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerência	(x) todos (as) os empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerência	(x) todos (as) os empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apóia	( ) organiza e incentiva
Contencioso Cível:						
Nº total de reclamações e críticas de consumidores(as):						
Na Empresa	-			-		
No Procon	-			-		
Na Justiça	-			-		
% das reclamações e críticas solucionadas:						
Na Empresa	0%			0%		
No Procon	0%			0%		
Na Justiça	0%			0%		
Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça	-			-		
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:						
Contigências e passivos trabalhistas:						
Número de processos trabalhistas:						
movidos contra a entidade	4			29		
julgados procedentes	-			1		
julgados improcedentes	2			2		
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	-			**867.585**		
Valor Adicionado total a distribuir (em mil R$)	**325.749**			**472.896**		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):						
Ao Governo (%)	25,8%			24,5%		
Aos Colaboradores (%)	9,7%			5,3%		
Aos Acionistas (%)	30%			38,3%		
A terceiros (%)	33,5%			32%		

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

CNPJ: 02.397.080/0001-98
Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: **Fone: (21) 3235-9880 E-mail: alexandre.medeiros@neoenergia.com**
Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.
Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.
Informações não examinadas pelos auditores independentes.
* Reversão da reserva superavitária do plano de previdência.

BALANÇO PATRIMONIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	Notas	2017	2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.707	211
Contas a receber de clientes	5	113.691	9.598
Títulos e valores mobiliários	4	-	62.385
Impostos e contribuições a recuperar	6	3.896	3.791
Contas a receber de operações de mútuo	10	159.697	127.624
Outros ativos circulantes		2.505	1.543
Total do circulante		**287.496**	**205.152**
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	4	-	3.195
Instrumentos financeiros derivativos	12	11.167	-
Impostos e contribuições a recuperar	6	1.106	1.106
Impostos e contribuições sociais diferidos	7	4.483	5.124
Depósitos judiciais	15	4.945	5.384
Contas a receber de operações de mútuo	10	141.899	-
Outros ativos não circulantes		-	24
Imobilizado	8	420.358	431.655
Intangível	9	52.383	53.180
Total do não circulante		**636.341**	**499.668**
Ativo total		**923.837**	**704.820**

	Notas	2017	2016
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	11	63.107	9.295
Empréstimos e financiamentos	12	87.892	71.723
Debêntures	12	157.952	41.071
Instrumentos financeiros derivativos	12	14.069	11.696
Salários e encargos a pagar		1.235	3.253
Encargos setoriais	13	3.191	3.853
Impostos e contribuições a recolher	14	4.823	50.710
Dividendos e juros sobre capital próprio	16	105.436	4.937
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		2.135	1.768
Outros passivos circulantes		290	386
Total do circulante		**440.130**	**198.692**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	161.066	84.141
Encargos setoriais	13	5.828	3.631
Instrumentos financeiros derivativos	12	-	13.712
Provisões	15	15.757	16.157
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		13.641	14.035
Outros passivos não circulantes		106	171
Total do não circulante		**196.398**	**131.847**
Patrimônio líquido	16		
Capital social		202.525	38.333
Reservas de capital		55.174	80.174
Reservas de lucros		29.610	255.774
Total do patrimônio líquido		**287.309**	**374.281**
Passivo e patrimônio líquido total		**923.837**	**704.820**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

		Reserva de capital		Reserva de lucros					
	Capital social	Reserva especial do ágio	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de retenção de lucros	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**38.333**	**18.182**	**61.992**	**7.667**	**139.192**	**18.589**	**87.014**	**-**	**370.969**
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(87.014)	-	(87.014)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	180.985	180.985
Destinações do lucro:									
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(18.622)	(18.622)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	(72.037)	(72.037)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	91.516	(91.516)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	(1.190)	-	1.190	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**38.333**	**18.182**	**61.992**	**7.667**	**139.192**	**17.399**	**91.516**	**-**	**374.281**
Aumento do capital social	164.192	-	(25.000)	-	(139.192)	-	-	-	
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	(91.516)	-	(91.516)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	97.815	97.815
Destinações do lucro:									
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(20.003)	(20.003)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	(73.268)	(73.268)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	4.544	(4.544)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**202.525**	**18.182**	**36.992**	**7.667**	**-**	**17.399**	**4.544**	**-**	**287.308**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Notas	2017	2016
Receita líquida	17	**386.301**	**417.607**
Custo do serviço		**(208.827)**	**(89.558)**
Custos com energia elétrica	18	(150.673)	(51.889)
Custos de operação	19	(58.154)	(37.669)
Lucro bruto		**177.474**	**328.049**
Despesas gerais e administrativas	19	(23.667)	(40.214)
Lucro operacional		**153.807**	**287.835**
Resultado financeiro		**(15.459)**	**(19.969)**
Receitas financeiras	20	95.643	129.387
Despesas financeiras	20	(111.102)	(149.356)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**138.348**	**267.866**
Imposto de renda e contribuição social		**(40.533)**	**(86.881)**
Corrente	7	(39.893)	(73.474)
Diferido	7	(640)	(13.407)
Lucro líquido do exercício		**97.815**	**180.985**
Lucro básico e diluído por ação do capital – R$:			
Ordinária		0,48	0,89

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	**97.815**	**180.985**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	**97.815**	**180.985**
Lucro básico e diluído por ação do capital – R$:		
Ordinária	0,48	0,89

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	2017	2016
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro do exercício antes dos impostos	**138.348**	**267.866**
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**45.333**	**37.545**
Depreciação e amortização	17.292	17.295
Encargos de dívidas, atualizações monetárias e cambiais, derivativos e outras receitas financeiras	34.241	37.188
Atualização de títulos e valores mobiliários	(5.939)	(19.146)
Atualização da concessão do serviço público (uso do bem público)	(28)	620
Perda na baixa de ativos imobilizados e intangíveis	167	122
Atualização das provisões para contingências	448	1.029
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	(848)	437
	183.681	**305.411**
(Aumento) redução de ativos operacionais		
Contas a receber de clientes e outros	(104.093)	(5.078)
IR e CSLL a recuperar	(1.221)	(6.007)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(199)	(1)
Depósitos judiciais	439	(368)
Contas a receber de operação de mútuo	(173.972)	(119.796)
Outros ativos	(937)	6.516
	(279.983)	**(124.734)**
Aumento (redução) de passivos operacionais		
Fornecedores	53.812	(56.292)
Salários e encargos a pagar	(2.018)	(1.610)
Encargos de dívidas pagos	(29.541)	(28.314)
Encargos setoriais	1.535	3.367
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) pagos	(72.050)	(80.841)
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(14.155)	(1.048)
Outros passivos	(160)	94
	(62.577)	**(164.644)**
Caixa consumido nas atividades operacionais	**(158.879)**	**16.033**
Atividades de investimento		
Aquisição de investimento	-	1.795
Aquisição de imobilizado	(3.368)	(2.617)
Aquisição de intangível	(1.997)	(3.715)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	71.519	241.384
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimento	**66.154**	**236.847**
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	150.000	-
Captação de debêntures	150.000	-
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(77.231)	-
Amortização do principal de debêntures	(40.000)	(80.000)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(82.548)	(172.739)
Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamento	**100.221**	**(252.739)**
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	**7.496**	**141**
Caixa e equivalentes no início do exercício	211	70
Caixa e equivalentes no final do exercício	7.707	211
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalente de caixa	**7.496**	**141**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	2017	2016
Receitas		
Vendas brutas de energia, serviços e outros	421.487	437.637
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	91	(122)
	421.578	437.515
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(134.207)	(35.486)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(16.466)	(16.403)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(23.507)	(25.152)
	(174.180)	**(77.041)**
Valor adicionado bruto	247.398	**360.474**
Depreciação e amortização	(17.292)	(17.295)
Valor adicionado líquido	230.106	**343.179**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	95.643	129.387
Valor adicionado total a distribuir	**325.749**	**472.566**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	15.529	13.080
Encargos sociais (exceto INSS)	1.200	1.079
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	-	1.348
Auxílio alimentação	1.306	1.182
Convênio assistencial e outros benefícios	730	742
Férias e 13° salário	1.451	488
Plano de saúde	1.234	970
Indenizações trabalhistas	176	72
Participação nos resultados	4.750	3.076
Administradores	2.579	1.667
Outros	2.614	1.329
Subtotal	**31.569**	**25.033**
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	4.711	4.162
PIS/COFINS sobre faturamento	31.366	15.974
Imposto de renda e contribuição social	40.533	86.881
Obrigações intra-setoriais	6.979	8.479
Outros	345	367
Subtotal	**83.934**	**115.863**
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais	111.102	149.356
Aluguéis	1.329	1.329
Subtotal	**112.431**	**150.685**
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre o capital próprio	20.003	18.622
Dividendos intercalares	73.268	72.037
Dividendos adicionais propostos	4.544	91.516
Reserva de retenção de lucros	-	(1.190)
Subtotal	**97.815**	**180.985**
Valor adicionado distribuído	**325.749**	**472.566**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. ("ITAPEBI" ou "Companhia") é uma empresa do Grupo Neoenergia, detentora da concessão federal para construir e explorar a Usina Hidrelétrica de Itapebi, tendo firmado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o Contrato de Concessão de Uso de Bem Público, em 1999, para exploração da referida área. Até o exercício de 2016 a Companhia possuía energia assegurada através do contrato de compra e venda de energia mercantil com a Coelba, Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, o volume anual de 1.877.268 MW/h ano e até abril de 2017 o volume de 495.380 MW/h. Após o encerramento desse contrato a Companhia firmou compromisso de venda de energia com a NC Energia até dezembro de 2021.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade ("IFRS" – *Internacional Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 16 de fevereiro de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e (ii) Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (i) O registro da receita de fornecimento de energia, vide nota explicativa 17; (ii) O registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, vide nota explicativa n° 17; (iii) A avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo; e (iv) Análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, vide nota explicativa n°15. **2.5. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: **a) Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: **(i) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado. **Mensuração:** - Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. - Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. **(ii) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, valores a compensar e outros itens financeiros, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos classificados a valor justo por meio do resultado. **Mensuração:** Após reconhecimento inicial os empréstimos e financiamentos e debêntures são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, exceto quando os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são itens objeto de *hedge*, classificado como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, quando atendido o critério de efetividade de *hedge*. A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção, utilizando a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício. **b) Análise do Valor de Recuperação dos Ativos:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. **2.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração. **2.7. *Impairment* de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC), que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Evidencia objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui: • Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo; • Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo; • Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia; • O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado; • Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo; • Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence; • Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou análise para seus ativos. **2.8. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, calculada pela taxa de depreciação conforme resolução normativa 674 ANEEL. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicável. **2.9. Intangível:** Compreende o direito de uso do bem público, faixas de servidões permanentes e software de manutenção de sistema e a parcela correspondente ao direito de uso da concessão decorrente da repactuação do risco hidrológico (GSF) reconhecida em 2015 com anuência da ANEEL. É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. **2.10. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (i) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido: O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. **2.11. Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **2.11.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"):** A PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável, quando aplicável. **2.12. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada). Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. **2.13. Receita e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **2.14. Demonstrações do valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar. **2.15. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 2.4). Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.16. Moeda estrangeira: a) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **2.17. Encargos setoriais: a) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE):** São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. **b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE):** Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

3. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1° de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **3.1 IFRS 9 *Financial Instruments* (CPC 48 Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9/CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de ativos/passivos financeiros e de perdas esperadas para ativos financeiros e contratuais, além de novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2018, sendo permitida sua adoção antecipada, e exigirá novas divulgações. • ***Classificação - Ativos financeiros:*** A IFRS 9/CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. A IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com a IFRS 9/CPC 48, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação. Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de seus ativos financeiros. • ***Redução no valor recuperável (impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais:*** A IFRS 9/CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" da IAS 39/CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; A Companhia optou por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo. A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo da IFRS 9/CPC 48. Com base na metodologia de *impairment* descrita abaixo, a Companhia estimou que a aplicação dos requerimentos de *impairment* da IFRS 9/CPC 48 em 1° de janeiro de 2018 resultará em perdas por redução ao valor recuperável de ativos adicionais como segue:

Em R$ mil	*Impairment* adicional estimado em 01/01/2018
Contas a receber com CCEE	15
Partes relacionadas	291
Perdas adicionais por redução ao valor recuperável	**306**

As perdas adicionais por redução ao valor recuperável representam o ajuste estimado ao patrimônio líquido em 01 de janeiro de 2018. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos e, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas. • ***Passivos financeiros:*** A IFRS 9/CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma: – O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em Outros Resultados Abrangentes (ORA); e – O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado. A Companhia possui passivos financeiros mensurados ao VJR, representados por dívidas em moeda estrangeira, para os quais existem instrumentos financeiros derivativos para mitigação do risco cambial. Para atendimento dos requerimentos da contabilidade de *hedge*, as variações atribuíveis às alterações no risco de crédito continuarão sendo contabilizadas no resultado. • ***Contabilidade de hedge:*** Na aplicação inicial da IFRS 9/CPC 48, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de *hedge* da IAS 39/CPC 38 em vez dos novos requerimentos da IFRS 9/ CPC 48. A Companhia optou por aplicar os novos requerimentos da IFRS 9/CPC 48. A IFRS 9/CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco do Companhia e que a Companhia aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A IFRS 9/CPC 48 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de *hedge* e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de *hedge*. De acordo com o novo modelo, é possível que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um *hedge* de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de *hedge*. Atualmente, a Companhia não realiza *hedge* de tais componentes de risco. A Companhia utiliza derivativos para mitigar o risco cambial em empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Os tipos de relações de contabilidade de *hedge* que a Companhia atualmente designa atendem aos requerimentos da IFRS 9/ CPC 48 e estão alinhados com a estratégia e objetivo de gerenciamento de risco da entidade. A Companhia concluiu que não haverá impactos significativos. • ***Divulgações:*** A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de *hedge*, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos. • ***Transição:*** As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir: - A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1° de janeiro de 2018. - As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial: A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido. A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros. **3.2 IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes):** A IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. • ***Receita de geração:*** A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a energia produzida é provisionada, mediante a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo preço contratado, conforme cláusulas contratuais. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/ CPC 47 tenha qualquer impacto significativo em suas demonstrações financeiras. • ***Câmara de Comercialização de Energia - CCEE:*** A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida para o sistema pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras. • ***Transição:*** A Companhia planeja adotar a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1° de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15/CPC 47 ao período comparativo apresentado. A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados. A Companhia está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação do IFRS 15/CPC 47 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma. **3.3 IFRS 16 *Leases* (arrendamentos):** A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1° de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A Companhia concluiu a avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras, mas ainda não completou sua avaliação detalhada. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento. Até agora, o impacto mais significativo identificado é que a Companhia reconhecerá novos ativos e passivos por arrendamento operacional de imóveis não residenciais para suas instalações administrativas. Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. • ***Transição:*** Como arrendatária, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma: - Abordagem retrospectiva; ou - Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais. O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos. A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Ao aplicar a abordagem retrospectiva modificada para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a IAS 17, o arrendatário pode eleger, para cada contrato de arrendamento, se aplicará uma série de expedientes práticos na transição. A Companhia está avaliando o impacto potencial da utilização desses expedientes práticos. A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento. **3.4 Outras alterações:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: - Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28. - ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento. - IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Ref.	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	(a)		
Caixa e depósitos bancários à vista		2.124	211
Fundos de investimento		5.583	-
Total de caixa e equivalentes de caixa		**7.707**	**211**
Títulos e valores mobiliários	(b)		
Fundos de investimento		-	65.580
Total de títulos e valores mobiliários		**-**	**65.580**
Circulante		7.707	62.596
Não Circulante		-	3.195

(a) Em 31 de dezembro de 2017, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. (b) Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía um volume em cotas de fundos de investimentos de Fundos abertos, onde estes estão na carteira própria da companhia que são classificados como títulos e valores mobiliários. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2016, é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo: Seguem composições das carteiras do Fundos de Investimentos da Companhia:

Carteira (Caixa e equivalentes de caixa)	2017
BB Polo 28 FI Renda Fixa	
BB TOP Curto Prazo	5.401
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	5
	5.406
Bradesco FI RF Referenciado DI Recife	
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	177
	177
Total CEC - Fundos Exclusivos	**5.583**

Carteira (Títulos e valores mobiliários)	2016
BB Polo 28 FI Renda Fixa	
BB TOP RF MODERADO FI RF LP	4.647
BB TOP RF CONSERVADOR FI RF LONGO PRAZO	15.449
CDBs	1.416
LF	2.627
Debentures	56
DPGE	798
Outros	(254)
	24.739
Itaú Salvador Renda Fixa FICFI	
SPECIAL RF REFERENCIADO DI FI	10.494
ITAÚ HIGH GRADE RF CRÉDITO PRIVADO FI	6.041
ITAÚ VERSO A RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP FI	19.910
Outros	(3)
	36.442
Santander FIC FI Natal Renda Fixa Referenciado DI	
SANTANDER FI PROFIT RENDA FIXA REFERENCIADO DI	3.521
SANTANDER FI TITULOS PUBLICOS RENDA FIXA EFERENCIADO DI	878
	4.399
Total TVM - Fundos Exclusivos	**65.580**

No exercício atual 31de dezembro de 2017 não temos fundos de investimentos classificados como títulos e valores mobiliários.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Ref.	2017	2016
Partes relacionadas (nota 21)	(a)	113.691	-
Comercialização de energia na CCEE		-	9.598
Total		113.691	9.598

(a) Em 31 de dezembro de 2016, conforme mencionado nas Demonstrações Financeiras, a Companhia realizou antecipação de recebíveis com a Coelba no montante de R$36.318. Em 31 de dezembro de 2017, refere-se a venda de energia com a NC Energia, com recebimento previsto em até 90 dias.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	2017	2016
Imposto de Renda - IR	(a)	2.499	2.557
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	(a)	833	869
Programa de integração social e contribuição para financiamento da seguridade social – PIS/COFINS	(b)	1.229	1.392
Outros		441	79
		5.002	4.897
Circulante		3.896	3.791
Não circulante		1.106	1.106

(a) IR e CSLL antecipados correspondem aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados. (b) A Companhia impetrou mandado de segurança com pedido de Liminar arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 que incluiu na base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas derivadas de operações financeiras. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos a Administração entende que a recuperação desses tributos é praticamente certa, dessa forma, efetuou o registro contábil do indébito tributário, que será compensado com outros tributos federais. A Companhia entende que a recuperação dos valores mencionados, por não ter um prazo determinado, deverá ocorrer no longo prazo.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

	Ref.	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social	(a)	2.340	2.458
Diferido ativo		9.254	9.615
Diferido passivo		(6.914)	(7.157)
Benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL	(c)	2.143	2.666
Total		4.483	5.124

(a) Imposto de renda e contribuição social

	2017		2016	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda				
Diferenças temporárias	6.882	1.721	7.228	1.807
		1.721	7.228	1.807
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	6.882	619	7.228	651
		619	7.228	651
Total		2.340		2.458

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	2017		2016	
Ativo	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para contingências	5.901	5.901	6.891	6.891
Provisão PLR	3.683	3.683	3.243	3.243
Depreciação indedutível (Provisão para contingências ambientais)	6.232	6.232	6.042	6.042
Uso do bem público	9.671	9.671	10.266	10.266
Outros	1.731	1.731	1.837	1.837
Total ativo	**27.218**	**27.218**	**28.279**	**28.279**
Passivo (-)				
Ajuste da quota anual de amortização	(20.336)	(20.336)	(21.051)	(21.051)
Total Passivo	**(20.336)**	**(20.336)**	**(21.051)**	**(21.051)**
Total líquido	**6.882**	**6.882**	**7.228**	**7.228**

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração em 26 de dezembro de 2017 indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera. Segue abaixo a expectativa de realização do IR diferido:

Expectativa de realização	2018	2019	TOTAL
	2.148	192	2.340

(b) Imposto de renda e contribuição social corrente: A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017		2016	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	138.348	138.348	267.866	267.866
Amortização da mais-valia e reversão da PMIPL	(523)	(523)	(828)	(828)
Juros sobre capital próprio	(20.003)	(20.003)	(18.622)	(18.622)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**117.822**	**117.822**	**248.416**	**248.416**
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	**29.456**	**10.604**	**62.104**	**22.357**
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo	(101)	51	1.115	477
Diferenças permanentes	111	40	1.292	477
Incentivos fiscais e outros	(212)	11	(177)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**29.355**	**10.655**	**63.219**	**22.834**
Corrente				
Recolhidos e Pagos	26.024	10.001	23.344	11.007
A pagar	1.930	623	25.626	8.659
Compensados e deduzidos	1.315	-	5.451	-
Impostos antecipados a recuperar	-	-	(451)	(162)
Diferido	86	31	9.249	3.330
	29.355	10.655	63.219	22.834

	2017	2016
Corrente	39.893	73.474
Diferido	117	12.579
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	523	828
Imposto de renda e contribuição social exercício	**40.533**	**86.881**

(c) Benefício fiscal – mais valia incorporada: Em 2006, foi aprovada a conclusão do processo de reestruturação societária a fim de transferir para a Companhia o benefício fiscal da mais valia de R$53.477, pago pela NEOENERGIA S.A. na aquisição das ações da Companhia pertencentes à COELBA. O processo foi concluído com a incorporação pela ITAPEBI de sua então controladora (Guaraniana Participações S.A.) e, respectivamente, do ágio e da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (PMIPL). Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Companhia nas demonstrações financeiras, o valor da mais valia, líquido da provisão, que, em essência, representa o benefício fiscal incorporado, foi classificado no balanço patrimonial no ativo não circulante, com base na expectativa de realização do benefício fiscal. Os saldos da mais valia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são de R$2.143 e R$2.666, respectivamente. Este saldo será amortizado até o final do período de concessão.

8. IMOBILIZADO

	2017				2016
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Terrenos		10.433	-	10.433	10.433
Reservatórios, barragens e adutoras	2,33%	429.820	(134.663)	295.157	309.305
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,55%	72.942	(23.513)	49.429	51.130
Máquinas e equipamentos	4,06%	108.918	(51.254)	57.664	55.809
Veículos	14,30%	2.542	(1.589)	953	1.435
Móveis e utensílios	6,30%	1.119	(711)	408	597
		625.774	(211.730)	414.044	428.709
Em curso					
Terrenos		40	-	40	173
Edificações, obras civis e benfeitorias		334	-	334	830
Máquinas e equipamentos		4.386	-	4.386	489
Veículos		1.292	-	1.292	743
Móveis e utensílios		96	-	96	465
Outros		166	-	166	246
		6.314	-	6.314	2.946
Total		632.088	(211.730)	420.358	431.655

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Em serviço			Em curso	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	625.737	(183.431)	442.306	1.293	443.599
Adições	-	-	-	2.617	2.617
Baixas	-	-	-	(122)	(122)
Depreciação	-	(14.439)	(14.439)	-	(14.439)
Transferências	836	6	842	(842)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	626.573	(197.864)	428.709	2.946	431.655
Adições	-	-	-	3.368	3.368
Baixas	(741)	574	(167)	-	(167)
Depreciação	-	(14.440)	(14.440)	-	(14.440)
Transferências	(58)	-	(58)	-	(58)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	625.774	(211.730)	414.044	6.314	420.358

Decorrido o prazo de vigência da concessão e de sua eventual prorrogação, os bens e instalações utilizados para a geração independente de energia elétrica e vinculados à concessão passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, conforme Contrato de Concessão de Geração Nº 37/99 - ANEEL.

9. INTANGÍVEL

Por natureza, o ativo intangível está constituído da seguinte forma:

	2017				2016
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Direito de uso da concessão	3,00%	3.113	(1.513)	1.600	1.356
Direito de uso da concessão – repactuação GSF	5,08%	49.300	(5.014)	44.286	46.718
Direito de uso de software	20,00%	1.057	(1.011)	46	710
		53.470	(7.538)	45.932	48.784
Em curso					
Direito de uso de software		6.451	-	6.451	4.396
Total		59.921	(7.538)	52.383	53.180

A movimentação do intangível é como segue:

	Em serviço			Em curso	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	53.470	(1.830)	51.640	681	52.321
Adições	-	-	-	3.715	3.715
Amortizações	-	(2.856)	(2.856)	-	(2.856)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	53.470	(4.686)	48.784	4.396	53.180
Adições	-	-	-	1.997	1.997
Amortizações	-	(2.852)	(2.852)	-	(2.852)
Transferências	-	-	-	58	58
Saldos em 31 de dezembro de 2017	53.470	(7.538)	45.932	6.451	52.383

Em 28 de maio de 1999, a Companhia celebrou o contrato de concessão de geração, com o intuito de regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Município de Itapebi, Estado da Bahia. Como retribuição pela outorga da concessão, a Companhia pagará à União, ao longo do prazo de vigência de 36 anos e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R$477, do 6º ao 35º ano de concessão, atualizado anualmente pelo IGPM. Assim a Companhia contabilizou os registros do direito de uso de bem público, os quais foram descontados ao custo médio ponderado de capital ("*Weighted Average Cost Of Capital* - WACC") na data de início da concessão. O ativo intangível vem sendo amortizado de forma linear ao longo da vida útil econômica da concessão, enquanto o passivo atualizado ao valor presente, acrescido da taxa de desconto mais a inflação do período, cujo saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R$15.776 (R$15.803 em 31 de dezembro de 2016).

10. CONTAS A RECEBER DE OPERAÇÕES DE MÚTUO

A composição do saldo refere-se basicamente ao contrato de mútuo que a Companhia firmou entre partes relacionadas, com a Neoenergia S.A e com a Geração Céu Azul.Com a Neoenergia, o contrato foi em 27 de julho de 2016, remunerados pela taxa de juros de 103,5% do CDI e com prazo de liquidação de até 180 dias após a assinatura do contrato. Posteriormente, as partes aditaram o contrato postergando o prazo de liquidação em até 18 de janeiro de 2020. Com a Geração Céu Azul são três contratos de mútuo, remunerados pela taxa de juros de 107% do CDI e com prazo de 120 e 180 dias respectivamente. Posteriormente, as partes aditaram o contrato postergando o prazo de liquidação em até 08 de maio de 2018. A movimentação das operações é como segue:

Partes Relacionadas	Saldo em 2016	Principal	Atualização	Encargos	Saldo em 2017
Neoenergia	127.624	-	13.293	982	141.899
Céu Azul	-	150.000	5.345	4.352	159.697
Total	127.624	150.000	18.638	5.334	301.596

11. FORNECEDORES

Fornecedores	Ref.	2017	2016
Energia elétrica		56.848	1.098
Terceiros		3.046	-
Partes relacionadas (nota 21)	(a)	53.802	1.098
Encargos de uso da rede		1.699	1.668
Terceiros		1.696	1.662
Partes relacionadas (nota 21)		3	6
Materiais e serviços		4.560	6.529
Terceiros		3.814	6.207
Partes relacionadas (nota 21)		746	322
Total		63.107	9.295

(a) Em 2017, refere-se a compra de lastro de energia com a NC Energia.

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	2017			2016		
Empréstimos e Financiamentos	Dívida	Instrumentos Financeiros Derivativos	Total	Dívida	Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
Moeda estrangeira						
Bank Safra	-	-	-	39.823	4.241	44.064
Itaú	162.393	(9.896)	152.497	31.558	6.594	38.152
Mizuho	86.565	12.798	99.363	85.789	14.573	100.362
(-) Custos de transação	-	-	-	(1.306)	-	(1.306)
Total Moeda Estrangeira	**248.958**	**2.902**	**251.860**	**155.864**	**25.408**	**181.272**
Moeda Estrangeira - Circulante	87.892	14.069	101.961	71.723	11.696	83.419
Moeda Estrangeira - Não Circulante	161.066	(11.167)	149.899	84.141	13.712	97.853
Total Empréstimos e Financiamentos	**248.958**	**2.902**	**251.860**	**155.864**	**25.408**	**181.272**
Circulante	87.892	14.069	101.961	71.723	11.696	83.419
Não circulante	161.066	(11.167)	149.899	84.141	13.712	97.853
Debêntures						
Itapebi	158.316	-	158.316	41.130	-	41.130
(-) Custos de transação	(364)	-	(364)	(59)	-	(59)
Total Debêntures	**157.952**	**-**	**157.952**	**41.071**	**-**	**41.071**
Debêntures - Circulante	157.952	-	157.952	41.071	-	41.071
Endividamento Total	**406.910**	**2.902**	**409.812**	**196.935**	**25.408**	**222.343**
Endividamento Total - Circulante	245.844	14.069	259.913	112.794	11.696	124.490
Endividamento Total - Não Circulante	161.066	(11.167)	149.899	84.141	13.712	97.853

Em auxílio à demonstração do fluxo de caixa, segue abaixo a conciliação de passivos resultantes das atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

		Fluxo de caixa	Alterações em não caixa		Fluxo de caixa		Alterações em não caixa	
	2015	Baixas		2016	Adições	Baixas		2017
Empréstimos e financiamentos	170.009	(13.114)	24.377	181.272	150.000	(102.932)	23.520	251.860
Debêntures	123.460	(95.200)	12.811	41.071	150.000	(43.840)	10.721	157.952

a) Empréstimos e financiamentos: A mutação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Moeda estrangeira		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	360	169.649	170.009
Encargos	3.832	482	4.314
Variação monetária e cambial	(5.417)	(25.378)	(30.795)
Swap	14.244	35.811	50.055
Efeito cumulativo marcação a mercado	(152)	277	125
Transferências	72.007	(72.007)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(2.185)	(10.929)	(13.114)
(-) Custos de transação	730	(52)	678
Saldos em 31 de dezembro de 2016	83.419	97.853	181.272
Ingressos	-	150.000	150.000
Encargos	6.516	-	6.516
Variação monetária e cambial	(1.031)	8.467	7.436
Swap	16.987	(8.585)	8.402
Efeito cumulativo marcação a mercado	(4)	(187)	(191)
Transferências	98.279	(98.279)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(102.932)	-	(102.932)
(-) Custos de transação	727	630	1.357
Saldos em 31 de dezembro de 2017	101.961	149.899	251.860

Os vencimentos das parcelas à longo prazo são os seguintes:

	2017		2016		
	Dívida	Total líquido	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2018	-	-	99.148	(1.295)	97.853
2019	100.000	100.000	-	-	-
2020	50.000	50.000	-	-	-
Total obrigações	150.000	150.000	99.148	(1.295)	97.853
Marcação a mercado		(101)			-
Total		149.899			97.853

Condições restritivas financeiras *(covenants):* Os contratos mantidos com diversos credores contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras da controladora Neoenergia S.A. com parâmetros pré-estabelecidos listados abaixo. • Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual 4; • EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5 ou 2. Os contratos que preveem apuração de índices financeiros com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora Neoenergia S.A. foram aditados para prever no cálculo a inclusão do resultado dos últimos 12 meses das companhias que passaram a ser controladas em virtude do processo de incorporação. **b) Debêntures:** A mutação das debêntures, as quais estão denominadas em moeda nacional com remuneração de 111% do CDI e vencimento em 2017, é a seguinte:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	83.482	39.978	123.460
Encargos	12.814	-	12.814
Transferências	40.000	(40.000)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(95.200)	-	(95.200)
(-) Custos de transação	(25)	22	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	41.071	-	41.071
Ingressos	150.000	-	150.000
Encargos	9.977	-	9.977
Amortizações e pagamentos de juros	(43.840)	-	(43.840)
(-) Custos de transação	744	-	744
Saldos em 31 de dezembro de 2017	157.952	-	157.952

Condições restritivas financeiras (*covenants*): A escritura da 4ª emissão de debêntures prevê a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros apurados com base nas demonstrações financeiras da controladora Neoenergia S.A. com parâmetros pré-estabelecidos listados abaixo. • Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual 4; • EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5. As escrituras de emissões debêntures que preveem apuração de índices financeiros com base nas demonstrações financeiras consolidada da controladora Neoenergia S.A. foram aditados para prever no cálculo a inclusão do resultado dos últimos 12 meses das companhias que passaram a ser controladas em virtude de processos de incorporação.

13. ENCARGOS SETORIAIS

	2017	2016
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	421	420
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	7.750	5.594
Outras	848	1.470
Total	9.019	7.484
Circulante	3.191	3.853
Não circulante	5.828	3.631

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2017	2016
Imposto de renda – IR	1.930	36.250
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	623	12.613
Outros	2.270	1.847
Total	4.823	50.710

15. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas. O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição. As provisões constituídas estão compostas como segue:

	Contingências			Provisões	
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	4.354	571	8	9.758	14.691
Adição	124	890	-	-	1.014
Baixa/Reversão	(282)	-	(8)	-	(290)
Pagamentos/Indenizações	-	-	-	(287)	(287)
Atualização	142	219	-	668	1.029
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.338	1.680	-	10.139	16.157
Adição	460	-	-	-	460
Baixa/reversão	(57)	(958)	-	-	(1.015)
Pagamentos/Indenizações	-	-	-	(293)	(293)
Atualização	422	16	-	10	448
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.163	738	-	9.856	15.757

a) Provisões para processos judiciais: Trabalhistas: Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R$4.304 em 31 de dezembro de 2017 (R$5.548 em 31 de dezembro de 2016) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m. **Cíveis:** Referem-se a ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais entre outros. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R$283.397 em 31 de dezembro de 2017 (R$133.861 em 31 de dezembro de 2016) em processos cíveis com expectativa de perda possível, referente a ações indenizatórias movidas por moradores de Salto da Divisa que alegam danos em seus imóveis após implantação da UHE Itapebi. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m. **Fiscais:** A Companhia possui um total estimado em R$156.385 em 31 de dezembro de 2017 (R$135.083 em 31 de dezembro de 2016) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante destacamos as seguintes ações: (i) auto de infração decorrente da não adição da despesa de ágio contabilizada no período de 2006 a 2010 nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no valor de R$43.985 (R$41.258 em 31 de dezembro de 2016) (ii) falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R$14.090 (R$13.128 em 31dezembro de 2016) e (iii) ação declaratória de não compensação por meio das quais pleiteia compensar débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS com o saldo credor de IRPJ, no valor de R$40.261 (R$38.325 em 31 de dezembro de 2016). **b) Depósitos judicias:** Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	2017	2016
Trabalhistas	3.316	2.934
Cíveis	1.629	2.450
Total	4.945	5.384

c) Provisões ambientais: As provisões para gastos ambientais referem-se ao acordo firmado em 21 de novembro de 2002 entre a Companhia, o autor da ação popular impetrada em setembro de 2002, e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA, visando definir a compensação adicional de impacto socioambientais decorrentes da implantação do empreendimento da Usina Hidroelétrica Itapebi. **Resolução CNPE nº 03/2013:** As empresas de geração do Grupo Neoenergia, ajuizaram ações judiciais visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, que instituiu, uma nova forma de rateio dos custos de despacho térmico adicional. Estes custos incorporam os chamados Encargos de Serviço do Sistema - ESS. Em 2013 foram concedidas liminares que impediram o rateio dos custos e em dezembro de 2014 houve sentença favorável, ratificando a liminar obtida, declarando, desta forma, a inexigibilidade do ESS. Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificam o risco de perda como possível, motivo pelo qual não se constitui provisão. O valor da contingência na Companhia é de R$14.707 em 31 de dezembro de 2017 (R$14.655 em 31 de dezembro de 2016).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 202.525 e 31 de dezembro de 2016 é de R$38.333, representando ações ordinárias cuja composição é apresentada a seguir:

	Lote de mil ações	
	Ações ordinárias	
Acionistas	Única	%
Neoenergia S.A.	85.061	42,00%
Termopernambuco S.A.	117.464	58,00%
Total	202.525	100,00%

Em 12 de abril de 2017, de conforme deliberado na Assembleia Geral e Extraordinária foi autorizado o aumento de capital da Companhia no valor de R$164.192. Esse aumento foi mediante a captação de reserva de lucros de incentivo fiscal e parte da reserva de capital incentivo fiscal, nos montantes de R$139.192 e R$25.000 respectivamente. A Companhia é controlada integralmente pela Neoenergia S.A., que é detentora direta de 42% das ações e indiretamente, através da sua também controlada Termopernambuco S.A., detém 100% das ações da Companhia. **Lucro por ação:** O cálculo do lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	97.815	180.985
Média ponderada das ações emitidas	202.525	202.525
Lucro básico e diluído por ação – R$	**0,48**	**0,89**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo. **b) Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido, limitada a 20% do capital social. A reserva legal da Companhia já atingiu ao limite do capital social, razão pela qual não é mais constituída. **c) Reserva especial de ágio:** Essa reserva representa a formação da reserva especial do ágio como resultado da reestruturação societária da sociedade, que gerou o reconhecimento do crédito fiscal diretamente no patrimônio líquido, vide Nota 7. **d) Dividendos e juros sobre capital próprio:** O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor de liberado	Valor por ação ON
2017			
RCA 30 de junho de 2017	JSCP	9.619	0,0474965900
RCA 15 de setembro de 2017	JSCP	10.384	0,0512713996
RCA 15 de setembro de 2017	Dividendos	73.268	0,3617710324
		93.271	
2016			
AGO 28 de abril de 2016	Dividendos	87.014	2,2699402
RCA 31 de maio de 2016	JSCP	13.214	0,344719713
RCA 01 de setembro de 2016	Dividendos Intercalares	72.037	1,8792156445
RCA 19 de dezembro de 2016	JSCP	5.408	0,1410741020
		177.673	

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações ordinárias classe "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado	2017	2016
Lucro líquido do exercício	97.815	180.985
Dividendos intermediários	(73.268)	(72.037)
Juros sobre capital próprio	(20.003)	(18.622)
Dividendos adicionais propostos	(4.544)	(91.516)
Reserva de retenção de lucros	-	1.190
Base de cálculo do dividendo	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	-	-

A movimentação dos saldos a pagar aos acionistas é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	-
Declarados	177.673
Pagos no exercício	(172.736)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**4.937**
Declarados	183.047
Pagos no exercício	(82.548)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**105.436**

17. RECEITA LÍQUIDA

A receita corresponde, majoritariamente, à receita relacionada ao contrato de venda de energia de longo prazo com a comercializadora de energia NC a partir de abril de 2017, com a distribuidora de energia elétrica COELBA até abril de 2017 e a venda de energia no mercado de curto prazo.

	Ref.	2017	2016
Receita de geração – Fornecimento de energia		396.892	419.721
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE		24.558	17.916
Outras receitas		128	-
Total receita bruta		421.578	437.637
(-) Deduções da receita bruta	(a)	(35.277)	(20.030)
Total receita operacional líquida		386.301	417.607

(a) Deduções da receita bruta

	2017	2016
Impostos e contribuições		
PIS	(5.594)	(2.843)
COFINS	(25.772)	(13.131)
Encargos Setoriais		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(3.910)	(4.056)
Total	(35.276)	(20.030)

18. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Ref.	2017	2016
Energia comprada para revenda			
Energia adquirida no ambiente livre - ACL	(a)	(104.249)	(19.984)
Energia curto prazo - MRE		(14.261)	(7)
Energia curto prazo - PLD		(15.697)	(15.495)
Total		**(134.207)**	**(35.486)**
Encargos de uso dos sistema de transmissão			
Encargos de rede básica		(16.466)	(16.403)
Total de Custos com Energia Elétrica		**(150.673)**	**(51.889)**

(a) Em 2017, refere-se a compra de lastro de energia com a NC Energia.

19. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	2017			2016
Custo / Despesas	**Custos dos serviços**	**Despesas gerais e administrativas**	**Total**	**Total**
Pessoal	(23.134)	(10.566)	(33.700)	(27.528)
Administradores	-	(2.579)	(2.579)	(1.667)
Material	(1.198)	(337)	(1.535)	(1.163)
Serviços de terceiros	(10.809)	(7.003)	(17.812)	(17.075)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica–TFSEE	(1.166)	-	(1.166)	(1.176)
Compensação financeira recursos hídricos – CFRH	(1.903)	-	(1.903)	(3.247)
Depreciação e amortização	(16.916)	(376)	(17.292)	(17.295)
Arrendamentos e aluguéis	(139)	(1.190)	(1.329)	(1.329)
Tributos	(42)	(303)	(345)	(367)
Provisões líquidas - contingências	-	(423)	(423)	(1.598)
Alienação/Desativação de bens e direitos	-	-	-	(122)
Outros custos e despesas	(2.847)	(890)	(3.737)	(5.316)
Total custos / despesas	(58.154)	(23.667)	(81.821)	(77.883)

20. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas Financeiras	2017	2016
Renda de aplicações financeiras	6.314	20.662
Variações monetárias e cambiais	40.180	77.720
Instrumentos financeiros derivativos	29.416	25.057
Atualização de depósitos judiciais	11	549
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(1.307)	(1.284)
Outras receitas financeiras	21.029	6.683
Total	**95.643**	**129.387**
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas	(16.493)	(17.128)
Variações monetárias e cambiais	(47.425)	(47.012)
Instrumentos financeiros derivativos	(37.818)	(75.112)
Atualização provisão para contingências	(448)	(1.029)
Outras despesas financeiras	(8.984)	(9.075)
Total	**(111.102)**	**(149.356)**
Resultado financeiro líquido	**(15.459)**	**(19.969)**

21. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

		Ativo / Passivo		Receita / (Despesa)	
COLIGADAS	**Ref.**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Receita/ (Compra) de Energia Elétrica					
COELBA	(a)	-	-	116.281	418.878
NC ENERGIA	(b.1)	59.889	(1.098)	175.264	(22.633)
		59.889	**(1.098)**	**291.545**	**396.245**
Serviços Administrativos					
COELBA	(e)	(57)	(169)	(914)	-
TERMOPERNAMBUCO S/A	(f)	-	24	-	-
NEOENERGIA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A	(b.3)	-	(154)	(1.989)	(1.871)
ELEKTRO O&M	(b.4)	(746)	-	(279)	(793)
NEOENERGIA S.A	(d)	1.935	-	(1.098)	(1.043)
		1.132	**(299)**	**(4.280)**	**(3.707)**
Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST) e (CTT)					
SE NARANDIBA	(b.2)	-	-	(3)	(3)
POTIGUAR SUL	(b.2)	(2)	(3)	(26)	(6)
AFLUENTE T	(b.2)	(1)	(3)	(26)	(33)
		(3)	**(6)**	**(55)**	**(42)**
Dividendos e JSCP					
TERMOPERNAMBUCO S/A	(d)	(105.436)	(2.666)	-	-
NEOENERGIA S.A	(d)	-	(2.271)	-	-
		(105.436)	**(4.937)**	-	-
Empréstimos, Aplicação Financeira e Contrato de Mútuo					
NEOENERGIA	(c)	141.899	127.624	11.359	-
GERAÇÃO CÉU AZUL	(c)	159.697	-	-	-
		301.596	**127.624**	**11.359**	-
TOTAL		**257.178**	**121.284**	**298.569**	**392.496**

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir: (a) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovadas pela ANEEL, com vigência até abril de 2017 entre 2016 e 2027. Os contratos são corrigidos anualmente pela variação do IGPM. (compra). (b) Referem-se aos itens relacionados abaixo: (b.1) NC Energia - Contrato de compra e venda de energia elétrica, corrigido pela variação do IGP-M, juros de 1% a.a. e multa de 2%. (b.2) Uso de rede - Contrato de uso de rede de transmissão com a Afluente Transmissão, SE Narandiba, Potiguar Sul. (b.3) Neoenergia O & M - Refere-se ao serviço de Operação e Manutenção da UHE Itapebi. (b.4) Elektro O & M - Refere-se ao serviço de Operação e Manutenção. (c) Refere-se ao contrato de mútuo firmado com a Neoenergia S.A e com a Geração Céu Azul, cujas condições estão descritas na nota 10. (d) Refere-se a dividendos intermediários declarados, cobrança de fee pelos avais dados pela Neoenergia em garantia de operações financeiras das empresas do Grupo. A cobrança incide sobre o saldo devedor da dívida que possui como garantia um aval da Neoenergia. (e) Refere-se ao consumo próprio de energia. (f) Refere-se ao reembolso de nota de débito sobre a vendo de carros em leilão. **21.1 Aplicações em fundo de investimento BB Polo 28:** O Fundo BB Polo 28 é destinado a Neoenergia e suas partes relacionadas onde tem por objetivo investir em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários - CDI, por meio da aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimento e/ou ativos diretamente na carteira do fundo sendo as cotas dos fundos e ativos aderentes à Política Financeira e de Crédito do Grupo Neoenergia. **21.2 Remunerações da administração**: O montante total de remuneração dos administradores da Companhia, para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017, é de R$2.579 (R$1.798 em 31 de dezembro de 2016) e refere-se aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência, incluídos neste montante os itens abaixo:

Composição da Remuneração da Administração	2017	2016
Remuneração Recorrente	1.051	863
Benefícios de Curto Prazo	1.115	455
Benefícios de Longo Prazo	412	480
Total	**2.578**	**1.798**

Observado o regime de caixa, a AGO, realizada em 12 de abril de 2017, aprovou o montante de até R$2.173 de remuneração global anual aos administradores, como limite de remuneração a ser paga no exercício de 2017. Até dezembro de 2017 o montante pago foi de R$1.855, incluídos neste montante os itens abaixo:

Composição da Remuneração da Administração	2017
Remuneração Recorrente	1.061
Benefícios de Curto Prazo	586
Benefícios de Longo Prazo	208
Total	**1.855**

22. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas: A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros e na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos. Dentre as diretrizes previstas nessas Políticas e normativos, destacam-se: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira; avaliação de *hedge* de taxa de juros de dívidas em moeda local; avaliação de *hedge* de desembolsos em moeda estrangeira; diversificação de instrumentos, prazos e contrapartes de dívida e alongamento do prazo médio. Além disso, a utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos nem alavancados ou com propósitos especulativos. O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados. A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado (risco cambial, risco de taxa de juros e de índice de preços, dentre outros), de crédito e de liquidez. **b) Gestão de risco de mercado:** Risco cambial A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2017, operações de *hedge* cambial para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial são descritas no item e) 'Informações complementares sobre os instrumentos derivativos'. Risco de taxas de juros e índice de preços Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas no item e) 'Informações complementares sobre os instrumentos derivativos'. **c) Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* da dívida em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações são alocadas preferencialmente em fundos exclusivos a empresas do Grupo Neoenergia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R$5.583 em fundos exclusivos. A tabela a seguir demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2018	2019	2020
Passivos financeiros não derivativos:					
Empréstimos e financiamentos	248.958	283.841	96.728	5.932	181.181
Debêntures	157.952	162.311	162.311	-	-
Fornecedores	63.107	63.107	63.107	-	-
Outros passivos financeiros					
Swap cambial e de taxa de juros	2.902	(737)	18.754	5.326	(24.817)

d) Gestão de risco de crédito: O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. Risco de crédito de contrapartes comerciais A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento. Risco de crédito de instituições financeiras Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito. É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *rating*s de longo prazo publicado pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2017	2016
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	7.707	211
Títulos e valores mobiliários	-	65.580
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	113.691	9.598

e) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos: Em 31 de dezembro de 2017 não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos, bem como nenhuma das operações contratada teve custo inicial associado. Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui, por contrato de derivativo, informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), valor justo, data de contratação, data de vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício. **(i) Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R$ as dívidas e empréstimos denominados em US$. Nestes *swap*s, a Companhia assume posição passiva em R$ atrelado ao CDI e posição ativa em US$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor).

	Valor de referência			Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
***Swap* US$ pré vs R$ pós**	**2017**	**2016**	**Vencimento (Ano)**	**2017**	**2016**	**2017**
Ativo	246.684	157.277	2020	(249.215)	(157.817)	(91.398)
Passivo	252.187	183.104	-	252.187	183.104	69.083
Risco de crédito	-	-	-	(70)	121	(191)
Líquido				2.902	25.408	(22.506)

Tratamento contábil dos instrumentos derivativos Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível e designada como *hedge accounting*, mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como segue: (i) *Hedge* de valor justo: o ganho ou a perda resultante da nova mensuração dos instrumentos derivativos pelo valor justo são reconhecidos no resultado. A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, com o objetivo de gestão de risco, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens por ele protegidos, assim como a estratégia para a realização de operações de *hedge*. Instrumentos financeiros derivativos que não são designados como *hedge accounting* são qualificados como *hedge* econômico, e variações no seu valor justo são contabilizadas integralmente no resultado. **f) Análise de sensibilidade:** Em atendimento à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, as análises a seguir estimam o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do exercício. - Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável. - Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável. Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índices de preços e que encontram-se registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swap*s, o risco de variação da taxa de câmbio do dólar é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Saldo	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar		Alta do Dólar	3,3080	(249.215)	-	(62.304)	(124.609)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Dólar($)	Queda do Dólar		249.215	-	62.304	124.609

A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/Nacional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	6,9%	5.583	135	102	69
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	6,9%	(158.316)	(2.841)	(687)	(1.366)
Swap Ponta Passiva em CDI	CDI	Alta do CDI	6,9%	(252.187)	(4.652)	(1.124)	(2.234)

g) Estimativa a Valor justo:
O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

		2017		2016	
	Nível (*)	**Contábil**	**Valor Justo**	**Contábil**	**Valor Justo**
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Empréstimos e recebíveis		**415.287**	**415.287**	**137.222**	**137.222**
Contas a receber de clientes	-	113.691	113.691	9.598	9.598
Contas a receber operação de mútuo	2	301.596	301.596	127.624	127.624
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		**18.874**	**18.874**	**65.791**	**65.791**
Caixa e equivalentes de caixa	-	7.707	7.707	211	211
Títulos e valores mobiliários	2	-	-	65.580	65.580
Swap de taxa de juros	2	11.167	11.167	-	-
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		**221.059**	**221.059**	**50.366**	**50.366**
Fornecedores	2	63.107	63.107	9.295	9.295
Debêntures	2	157.952	157.952	41.071	41.071
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		**263.027**	**263.027**	**181.272**	**181.272**
Empréstimos e financiamentos	2	248.958	248.958	155.864	155.864
Swap de taxa de juros	2	14.069	14.069	25.408	25.408

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo O nível de mensuração de cada instrumento financeiro respeita a seguinte hierarquia de valor justo: Nível 1 para preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia; Nível 2 para informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível anterior; e Nível 3 para dados não observáveis para o instrumento em questão. A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado. Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos os valores contábeis refletem o valor justo da operação. Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. Para os passivos financeiros (empréstimos) classificados como mensurados a valor justo incluindo os instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (*hedge*), a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida e das pontas ativa e passiva do *swap*. A Companhia entende que adotando a metodologia descrita acima reflete o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

23. SEGUROS

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da administração. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral – Operações	30.11.17 a 30.11.18	100.000	23
Veículos	08.10.17 a 31.05.18	100% FIPE	44
Risco Operacional - Substações e Usinas	30.11.17 a 30.11.18	1.859.127	1.752

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

A seguinte emissão de debêntures ocorreu desde 1º de janeiro de 2018 até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, conforme tabela a seguir:

	Debêntures							
Empresa	**Início da Operação**	**Vencimento**	**Financiadores**	**Encargos Financeiros Anuais - %**	***Swap* Contraparte**	**Taxa do *Swap* Contratado**	**Moeda do contrato**	**Valor Captado**
Itapebi	08/01/2018	26/12/2020	Debenturistas	115% do CDI	-	-	Real	100.000
Total								100.000

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcus Moreira de Almeida - **Presidente**
Mario José Ruiz-Tagle Larrain - **Vice-Presidente**

Titulares	**Suplentes**
Aguinaldo Barbieri	Marcio Hamilton Ferreira
Solange Maria Pinto Ribeiro	Marcus Vinicius Codeceira Lopes Pedreira
	Lara Cristina Ribeiro Piau Marques

DIRETORIA EXECUTIVA

Alejandro Roman Arroyo - **Diretor Presidente**

Sandro Kohler Marcondes **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**	Eunice Rios Guimarães Batista **Diretora de Gestão de Pessoas**
José Eduardo Pinheiro Santos Tanure **Diretor Regulação**	Eduardo Capelastegui Saiz **Diretor de Planejamento e Controle**

CONTADORA

Vivian Paim Lopes
CRC-RJ-Nº 104355/O-8

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Itapebi Geração de Energia S.A.** tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2017, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2018.

Marcus Moreira de Almeida
Mario José Ruiz-Tagle Larrain
Aguinaldo Barbieri
Solange Maria Pinto Ribeiro
Marcio Hamilton Ferreira
Marcus Vinicius Codeceira Lopes Pedreira
Lara Cristina Ribeiro Piau Marques

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Itapebi Geração de Energia S.A, sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78, 4º andar Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.397.080/0001-96, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da Itapebi, alusivas ao exercício social findo em 31.12.2017; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Itapebi, relativas ao exercício social findo em 31.12.2017. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2018.

Alejandro Román Arroyo - **Diretor Presidente**
Sandro Kohler Marcondes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Eunice Rios Guimarães Batista
Diretora de Gestão de Pessoas
Eduardo Capelastegui Saiz
Diretor de Planejamento e Controle
José Eduardo Pinheiro Santos Tanure
Diretor de Regulação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da
Itapebi Geração de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Itapebi Geração de Energia S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Itapebi Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

(a) Instrumentos financeiros mensurados a valor justo

(Consulte a nota explicativa nº 12 das demonstrações financeiras)

A Companhia possui empréstimos e debêntures expostos a certos riscos relacionados a oscilações de moeda estrangeira. Como forma de mitigar essa exposição, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos e designa certos empréstimos e debêntures como objeto de *hedge* (*hedge* de valor justo) que são mensurados ao valor justo por meio de técnicas de valorização que envolvem o exercício de julgamento significativo. Em função do eventual impacto da aplicação, complexidade e julgamento envolvido na mensuração dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram a avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados com a identificação, valorização e gerenciamento desses instrumentos financeiros. Com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, analisamos a efetividade do *Hedge Accounting* e avaliamos os modelos desenvolvidos pela Companhia para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado. Avaliamos também a razoabilidade das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, em especial em relação as análises de sensibilidade, risco de câmbio, classificação e valorização dos instrumentos financeiros. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que é aceitável a mensuração dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

(b) Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

(Consulte a nota explicativa nº 15 das demonstrações financeiras)

A Companhia exerce julgamento relevante na determinação dos montantes que devem ser reconhecidos como provisão para contingências, bem como na divulgação de processos não provisionados, em que a existência de obrigação presente ou expectativa de desembolso é considerada como possível e avaliação das perdas remotas que não requerem nem provisão e nem divulgação. Essa determinação envolve julgamento na avaliação da expectativa da existência de obrigação presente resultante de evento passado e da probabilidade de desembolso. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às Provisões e Passivos Contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes. Adicionalmente, obtivemos a lista de consultores legais que representam a Companhia nos processos cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais e enviamos cartas de confirmação diretamente para os advogados externos, a fim de obter a avaliação dos mesmos sobre os riscos de perdas e os montantes relacionados às causas em que a Companhia figura como ré. Comparamos as respostas das cartas enviadas com os registros contábeis e avaliamos a integridade e precisão das contingências registradas pela Companhia. Para os processos tributários, avaliamos a documentação que suporta as opiniões legais emitidas e os aspectos legais e tributários da legislação brasileira, para entendimento do mérito e argumentação que orientou a Companhia sobre a classificação das perdas e a mensuração dos valores. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativas aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas em que a Companhia está envolvida.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o nível de provisionamento e divulgação dos passivos contingentes é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2016 foram auditadas por outro auditor independente que expressou uma opinião não modificada sobre essas demonstrações financeiras em 25 de julho de 2017.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2018

KPMG

Auditores Independentes	José Luiz de Souza Gurgel
CRC SP-014428/O-6 F-RJ	Contador - CRC RJ-087339/O-4